

Sobre homens e técnicas: a importância da cidadania na formação do jornalista no Brasil

Enio Moraes Júnior

Mestre em Ciências da Comunicação – USP;
Professor – Fiam; Senac-SP; Uninove.
São Paulo – SP [Brasil]
emoraesj@uninove.br



A cidadania desempenha papel importante na formação do profissional de jornalismo. Neste artigo, aborda-se a maneira pela qual essa questão tem sido contemplada nos cursos de jornalismo do Brasil, destacando-se as influências das novas tecnologias e a atuação docente no processo.

Palavras-chave: Cidadania. Educação. Jornalismo.

1 Introdução

O ensino superior de jornalismo no Brasil está completando, em 2007, sessenta anos. Nesse período, muita coisa mudou e evoluiu, sobretudo em relação às técnicas utilizadas pelo profissional da área. Se, tanto na sociedade quanto na mídia, é comum a discussão sobre os elementos conceituais e éticos da atividade jornalística, na academia, um dos temas mais freqüentes desde o início dos cursos de jornalismo é a formação acadêmica do profissional da imprensa.

Ao final de seis décadas de ensino superior de jornalismo no Brasil, ainda é latente o debate acerca da viabilidade, do formato e do papel dos cursos de graduação na formação do jornalista. Neste artigo, enfoca-se, especificamente, a formação do jornalista, suas interfaces com a cidadania e uma prática comprometida com um modelo de jornalismo cidadão. Para tanto, utilizam-se como referência algumas considerações conceituais sobre formação, cidadania e jornalismo.

Em seguida, a partir de uma breve cronologia da formação do profissional no país, estabelecem-se algumas ponderações sobre a importância da cidadania nos cursos de jornalismo no país.

2 Formação, cidadania e jornalismo

“A imprensa educa, ensina, dirige e inspira”, dizia Barbosa Lima Sobrinho (2003, p. 26) na primeira metade do século XX. Logo, é inegável não só o seu compromisso com a educação e com a cidadania, mas também o papel fundamental da formação do jornalista na melhoria de seu desempenho profissional.

De acordo com um clássico estudo do sociólogo inglês Marshall (1967), a educação é um pré-requisito para o exercício dos direitos civis que, por sua vez, são os direitos básicos do cidadão

Historicamente, a conquista desses direitos se dá na Europa, a partir do século XVIII, e pressupõe deveres e obrigações. Para Marshall, a cidadania segmenta-se em direitos civis (que são baseados na liberdade individual e referem-se à possibilidade do indivíduo de expressar publicamente suas idéias e de organizar-se), direitos políticos (relativos à participação do indivíduo na vida e no gerenciamento político de seu país) e direitos sociais (fundamenta-

dos na justiça social e na participação de todos na riqueza coletiva).

Com base nessa segmentação, o historiador José Murilo de Carvalho acrescenta que a educação

[...] é definida como direito social, mas tem sido historicamente um pré-requisito para a expansão dos outros direitos. Nos países em que a cidadania se desenvolveu com mais rapidez, inclusive na Inglaterra, por uma razão ou por outra a educação popular foi introduzida. Foi ela que permitiu às pessoas tomarem conhecimento dos seus direitos e se organizarem para lutar por eles. A ausência de uma população educada tem sido sempre um dos principais obstáculos à construção da cidadania civil e política. (CARVALHO, 2003, p. 11).

Ao discutir, no âmbito da educação superior, a formação do jornalista brasileiro, Jaci C. Maraschin (apud MELO; FADUL, 1979) observa, com base em Aristóteles, que a “formação” é a abertura do indivíduo para a realização do seu potencial. No entanto, do mesmo modo que, a esse indivíduo, é facultada a possibilidade de abrir-se à “forma” (à formação), essa abertura também está sujeita à ameaça da “deformação”.

Com base em uma abordagem marxista, Maraschin considera que a formação profissional está hoje inserida no mercado, “um âmbito alienador e alienante”. Portanto, essa formação é contraditória, na medida em que o profissional “[...] realmente formado só pode ser aquele que critica essa realidade que se lhe afigura alienadora” (MARASCHIN apud MELO; FADUL, 1979, p. 135-136). E continua:

[...] Daí a importância da profissão na sociedade humana. Nela o homem desenvolve suas possibilidades criadoras e se transforma no que deveria ser. É por isso que, na atual sociedade, o homem só se realiza plenamente na medida em que se transforma em profissional. Formar-se profissionalmente significa, então, abrir-se para a sociedade num processo livre de criatividade e serviço. (MARASCHIN apud MELO; FADUL, 1979, p. 135-136).

Nesse sentido, podemos entender que a formação cidadã é mais que a consciência de estar no mundo: é ter também a consciência de participar dele, assumindo compromissos e responsabilidades com ele e com o próximo. Apesar de a formação do

profissional de jornalismo compreender todo um processo mais amplo de educação¹, grande parte da responsabilidade cabe à escola e à universidade.

A formação cidadã, enraizada na fase de conteúdo humanístico dos cursos de jornalismo², corresponde ao desenvolvimento de uma identidade profissional do educando referenciada num contexto social.

Segundo Palma Filho (1998, p. 108), Aristóteles (384-322 a.C.) observou, na Grécia Antiga, que ser cidadão implicava o poder de governar e o direito de ser governado. No entanto, governar cabia apenas àqueles capazes de uma “virtude esclarecida”; era privilégio de poucos. Assim, Aristóteles excluía do seu conceito de cidadania os escravos, os artesãos e os comerciantes. Para ele, a ocupação não lhes permitia tempo para participar das decisões do governo e, além disso, os trabalhos braçais embruteciam a alma.

Avançando a partir da concepção aristotélica, Hannah Arendt (1987) considera a cidadania uma qualidade fundamental de todo ser humano, mas que não nasce com ele. Ao contrário, precisa ser permanentemente conquistada. Por causa dessa abrangência universal atribuída à cidadania e ao seu caráter de algo em permanente construção, seus estudos têm especial importância para se refletir sobre a formação do jornalista.

O conceito fundamental de Arendt para compreender a cidadania é a “ação”. Segundo a filósofa de origem alemã, na *vita activa*, o ser humano executa três atividades fundamentais: o labor, relacionado às atividades vitais da vida biológica do indivíduo, como o ato de comer; o trabalho, associado à condição da intervenção humana sobre a natureza, dando à vida humana um grau de artificialidade e mundanidade, e, finalmente, a “ação”, “[...] correspondente à condição humana da pluralidade, ao fato de que homens, e não o Homem, vivem na terra e habitam o mundo” (ARENDR, 1987, p. 15). A “ação” de Arendt, portanto, aponta o indivíduo como um ser necessariamente social, dialógico e político:

A ação seria um luxo desnecessário, uma caprichosa interferência com as leis gerais do comportamento, se os homens não passassem de repetições interminavelmente reproduzíveis do mesmo modelo, todas dotadas da mesma natureza e essência, tão previsíveis quanto a natureza e a essência de qualquer outra coisa. A pluralidade é a essência de qualquer condição humana pelo fato de sermos todos os mesmos, isto é, sem que ninguém

seja exatamente igual a qualquer pessoa que tenha existido, exista ou venha a existir. (ARENDR, 1987, p. 16).

Do ponto de vista das ciências da comunicação e aproximando-se do conceito de “ação” proposto por Arendt ao trabalhar com a intencionalidade do ato comunicativo, a pragmática do jornalismo constitui um caminho para compreensão da atuação do jornalista comprometida com a cidadania e com conteúdos relacionados aos direitos humanos, à democracia, à ética e à responsabilidade social da profissão. Como ressalta Chaparro (1994, p. 13), “na essência desta proposta está a convicção de que a intenção é a liga que funde ética, técnica e estética, tríade solidária e inseparável das ações jornalísticas”.

Chaparro estabelece que é por meio da ética, fundida à técnica, que o jornalismo chega à estética do relato verdadeiro. O autor observa:

Sempre que um editor ou um repórter – por incompetência, arrogância, interesse pessoal, ambição de poder, irresponsabilidade profissional, subalternidade a quem o controla ou qualquer outro motivo – priva o leitor da notícia correta e plena, trai o principal e mais belo dos compromissos que tem com a construção e o aperfeiçoamento de uma sociedade livre: assegurar a “todo indivíduo” o direito de ser informado. Com relato veraz. (CHAPARRO, 1994, p. 82).

A formação jornalística cidadã é, portanto, uma prática transformadora (MARASCHIN apud MELO; FADUL, 1979, p. 135-136), tendo por base um conceito de jornalismo, sustentado, intencionalmente, na difusão da notícia “correta e plena” (CHAPARRO, 1994), capaz de conduzir o indivíduo que se apropria do material jornalístico a uma “ação” (ARENDR, 1987) e a uma luta “por”, preservando seus direitos (MARSHALL, 1967).

3 Uma breve cronologia da formação no Brasil

Do início do século XX, quando a profissão de jornalista começou a adquirir identidade e *status* social no Brasil, até o fim da década de 1940, o ensino do jornalismo era extremamente precário e ocorria à revelia da academia. As primeiras escolas de jornalismo aparecem apenas em meados do

século passado: inicialmente, em 1947, com a Escola de Jornalismo Cásper Líbero, em São Paulo (conveniada com a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Bento, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), e, em seguida, em 1948, com o curso da então Universidade do Brasil (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro), inserido na Faculdade de Filosofia da instituição.

Apesar da escassez de cursos, algumas experiências já haviam sido feitas. A pioneira ocorreu em 1937, na Universidade do Distrito Federal (UDF, desativada em 1939), no Rio de Janeiro. Ali foi implantada, tendo à frente a figura do jornalista Costa Rego (1889-1954), a primeira cátedra de ensino de jornalismo do País.

Além dessa experiência, a preocupação com a formação do jornalista foi questão central do trabalho de Vitorino Prata Castelo Branco (1904-1994). A obra *Curso de jornalismo*, de 1945, foi produto de aulas proferidas pelo autor. O curso, dividido em doze lições, apresenta uma proposta autodidática e, ainda que enfatize as técnicas de jornalismo, aponta para a necessidade de o jornalista assimilar os aspectos éticos inerentes à profissão:

Este curso tem por objeto desenvolver aptidões jornalísticas entre alunos já inclinados aos trabalhos da imprensa, encaminhando os seus desejos para as tarefas já imediatas da profissão, propagando, entre eles, ao mesmo tempo – “sentimentos cívicos e normas de ética jornalística, para que possam exercer a sua atividade eficaz e dignamente”. (CASTELO BRANCO, 1945, p. 17).

Quanto às contribuições de Carlos Rizzini, embora uma das principais apareça na obra *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil*, publicada em 1946³, ele também atuou como professor de jornalismo e publicou, em 1953, o pequeno livro *O ensino do jornalismo*, em que defende a formação do jornalista, não só do ponto de vista cultural, mas também com ênfase no “treino profissional”:

Os jornais, mesmo sem colaborar com o Curso, terão de reconhecer a superioridade de um jornalista culto. Certamente, não o recusarão por isso. Mas, sem dúvida, o preferirão se ele não souber passar para o papel a sua cultura. Repetimos: nada adianta saber como se faz o jornal – é preciso saber fazê-lo. (RIZZINI, 1953, p. 56).

Com base em Melo (apud RAMADAN, 2000) e Ramadan (2000), a formação superior do jornalista brasileiro pode ser dividida, cronologicamente, em quatro etapas. A primeira vai de 1946 a 1960; a segunda, de 1961 a 1969; a terceira, de 1969 até meados dos anos 1980, e, finalmente, a quarta corresponde à fase atual.

José Salomão Amorim (apud LAGE, 1985) identifica e caracteriza bem as duas primeiras fases do ensino da comunicação no Brasil. Na primeira, entre o fim dos anos 1940 e início da década de 60, predomina, nas escolas, um enfoque europeu, com base em disciplinas e conteúdos reflexivo-filosóficos. Para o autor, o estudante de jornalismo tendia a sair da faculdade com uma formação notadamente humanística, característica das faculdades de filosofia a que o curso era atrelado.

Ainda nesse primeiro momento, em 1959, surge o Centro Internacional de Estudios Superiores de Comunicación para América Latina (Ciespal), com sede no Equador, com relevantes pesquisas para o ensino e a prática da comunicação no continente.

Na fase seguinte, Amorim enfatiza a conotação técnica da formação, inspirada nos moldes norte-americanos e desenvolvida a partir do fim da década de 1960, como reflexo do fortalecimento da indústria cultural norte-americana depois da Segunda Guerra Mundial. No Brasil, com a criação do curso de jornalismo e sua incorporação na área de Comunicação Social, a partir de 1969 – e com o estímulo do rápido e intenso desenvolvimento das tecnologias de comunicação – passa-se ao ensino técnico das habilidades profissionais.

Na terceira fase, a formação profissional do jornalista torna-se obrigatória para o exercício da profissão (fim da década de 1970), consolidando-se a regulamentação profissional. Destaca-se ainda, em 1972, a fundação, em evento realizado na Universidade de São Paulo, da primeira entidade acadêmica de estudos da comunicação, a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa da Comunicação (Abepec). Apesar de sua vida curta (até 1985), abriu portas para a formação de outras associações que até hoje têm desenvolvido pesquisas na área.

A quarta fase é apresentada e caracterizada por Ramadan:

Podemos falar de uma quarta fase, já que tempo e espaço ganham novos contornos e o ritmo global impõe atualização similar ao ritmo de criação de novos softwares. Essa quarta fase tem início em 90, quando a universidade começa a incorporar estas

novas tecnologias com maior intensidade, sem amadurecer um projeto pedagógico que relacione nas instâncias prática e teórica as mutações que a profissão vem sofrendo, bem como o ensino de Jornalismo. (RAMADAN, 2000, p. 36).

Para a autora,

É nesta quarta fase que podemos observar a quase que total despreocupação dos docentes com o ensino de Jornalismo em seu aspecto filosófico. Aparentemente, as “facilidades” técnicas para a produção de material jornalístico e a velocidade embutidas na nova paisagem tecnológica dariam conta de tudo: não seria necessária uma reflexão no campo da filosofia da Educação, bastaria dominar o aparato técnico. (RAMADAN, 2000, p. 36).

A partir de 1996, por determinação do Ministério da Educação, os alunos formandos dos cursos de jornalismo passaram a integrar a lista de avaliados pelo Exame Nacional de Cursos, que, por sua vez, ganhou um novo formato em 2004. Ao mesmo tempo, nas comunidades acadêmicas, desenvolveram-se espaços e instituições autônomas de estudos da comunicação e do jornalismo. Muitos deles, aproveitando as oportunidades oferecidas pelas novas tecnologias, passaram a utilizar a internet como fórum permanente de discussões. Este é o caso do *site* Observatório da Imprensa, dirigido pelo professor e jornalista Alberto Dines, que tem atuado como importante espaço para a repercussão e discussões da profissão.

4 A formação jornalística hoje: humanismo e novas tecnologias

Com o advento das novas tecnologias da informação, o ideal seria que os cursos de jornalismo passassem a dar mais ênfase a uma formação global, que abarcasse também uma interação entre essas novas tecnologias e as ciências sociais e humanas. Contudo, não é isso que Ramadan (2000) conclui em sua recente pesquisa:

Os docentes da área de comunicação responsáveis pelo seu ministério, mais especificamente de Jornalismo, prescindem de formação que ofereça elementos pedagógicos que dêem conta da prática jornalística em seu novo

cenário. Mais que isso, necessitam de formação que possibilite a articulação entre a teoria e a prática jornalísticas na nova paisagem que se apresenta.

Reverter esse quadro exigiria que este docente se colocasse na posição de aluno, de estudante aberto para a reflexão. Porém, num cenário regido pela lógica global do resultado imediato, da eficiência econômica, os docentes tendem a buscar na técnica, de forma equivocada, referenciais que dificilmente contemplariam. Senão, vejamos: apenas 38% dos professores consideram a articulação teoria/prática fundamental. (RAMADAN, 2000, p. 210).

A formação humanística que, nos primeiros anos, marcou o jornalismo engajado de muitos profissionais, foi sendo gradativamente substituída – inclusive nos currículos – pela busca e pelo aperfeiçoamento de técnicas de produção e edição da notícia em vídeo, rádio, veículos impressos e, mais recentemente, na mídia *on-line*. Esse panorama levamos a compreender o porquê de muitos profissionais da comunicação reproduzirem não só o formato e as técnicas jornalísticas, mas também conceitos ideológicos e políticos dominantes.

O tecnicismo, característico das últimas etapas, parece ter adquirido força nos últimos anos. Num texto que analisa a relação (ou a falta dela) entre os intelectuais e a sociedade brasileira, Cristovam Buarque (apud VERÍSSIMO, 2000) observa:

Em 1985, com o fim da ditadura, os intelectuais conseguiram vencer os obstáculos à liberdade, mas se surpreendem com a letargia com que se deparam. O mundo entrou simultaneamente em crise de valores: o caminho da justiça, a forma da liberdade e o conceito de riqueza passaram a ser questionados. Nos países ditos desenvolvidos, muitos intelectuais criticavam o conceito de liberdade individual e seu poder destruidor; nos países socialistas, cresciam os reparos à forma como a justiça social era imposta, submetendo a liberdade individual. No mundo inteiro, a crise ecológica forçava uma luta por um novo conceito de riqueza, capaz de levar em conta o meio ambiente. Viu-se que não bastava lutar por um mundo mais rico e com esta riqueza melhor distribuída: passou a ser necessário reformar o próprio conceito de riqueza. Morreu um paradigma, não nasceu

um novo, e os intelectuais não aceitaram viver a aventura de romper os círculos que o aprisionavam. Conformaram-se com o mundo em que bastava o avanço técnico para ampliar a riqueza tradicional, independentemente de sua beleza e de sua justiça. (BUARQUE apud VERÍSSIMO, 2000, p. 93).

Com base no pensamento de Maraschin (MELO; FADUL, 1979), entendemos que formar um indivíduo em jornalismo é, antes de tudo, formar um ser humano e social que analisa a realidade e se posiciona criticamente diante dela. Para isso, é fundamental que o jornalista, na condição de indivíduo que observa e reporta para a sociedade os acontecimentos sociais – a notícia –, possua uma boa formação sociopolítica. Logo, não basta o domínio técnico para executar atividades inerentes à profissão, mas é importante fazer, também, a leitura crítica da realidade, imprescindível para o bom exercício da profissão. Assim, perceber e questionar quando a cobertura dada pela mídia de seu país a determinados assuntos é desrespeitosa para com os princípios de cidadania e da ética da comunicação e do jornalismo são atitudes tão necessárias quanto a cobertura em si.

No entanto, isso não significa que não existam bons jornalistas e comunicadores com senso crítico aguçado e amadurecido. Há também excelentes profissionais com domínio e conhecimentos técnicos imprescindíveis para a profissão. Todavia, independentemente da área em que esse profissional atue, basicamente ele é um indivíduo que observa e reporta para a sociedade os acontecimentos sociais – a notícia; por isso, deve ter boa formação social e política. O domínio técnico da profissão auxilia a cumprir a pauta da reportagem, a realizar as entrevistas e a organizar a informação, de forma “clara e plena”, como observa Chaparro (1994).

Essa postura crítica, que deve fazer parte da formação jornalística, também auxilia o profissional de imprensa a discutir os rumos de sua profissão, como um exercício de autocrítica.

É importante também que o jornalista tenha consciência de que sua prática, conforme observa Marcondes Filho (1998), que a atividade da imprensa, é uma produção de informação diária, contínua e de peso. Por ter essa característica, o ato de informar “torna-se ritualístico e circular”, o que confere a esse processo um dinamismo muito expressivo. Em razão disso, as informações estão sendo atualizadas constantemente, o que faz com que a informação se torne descartável muito rapida-

mente. Por lidar com dados que dizem respeito aos mais diversos segmentos da sociedade, a imprensa emerge assim, para o autor, como grande canalizador dos anseios sociais, absorvendo importância e prestígio em substituição a instituições que fracassaram, como o Estado.

Em decorrência dessa concepção que defende a imprensa como um quarto poder, muitos teóricos da comunicação e do jornalismo têm revelado preocupações com relação ao tratamento dado pela mídia às questões sociais. Até por isso, consideram que a cidadania deve figurar também na pauta do jornalismo e da formação do jornalista.

Uma formação cidadã do jornalista leva em consideração que valores como os direitos humanos e a democracia sejam permanentemente observados de acordo com a ética e a responsabilidade social inerentes à profissão. Ela constitui, portanto, parte de uma boa formação intelectual que busca amalgamar valores universais ao aprendizado técnico das novas tecnologias.

A esse respeito, observando que a formação integral do jornalista resulta da união do seu aspecto humanístico e técnico, Chaparro avalia:

[...] o jornalista que a Universidade deverá formar terá de ser um profissional com educadas aptidões de intelectual, capaz de apreender, atribuir significados e dar exposição social confiável (isto é, independente, crítica e honesta) aos conflitos discursivos da atualidade. Mas será intelectualmente inepto se, ao mesmo tempo, não dominar, plena e criativamente, os conceitos, os recursos, as técnicas, as artes e as implicações da linguagem jornalística, ferramentas do seu ofício. (CHAPARRO, 2005).

Não podemos deixar de destacar o papel do docente nesse processo formativo. Embora os currículos universitários contemplem o assunto e conceitos correlatos, como direitos humanos, democracia, ética e responsabilidade social, um dos aportes mais importantes da formação cidadã está na relação que os professores estabelecem com seus respectivos alunos. Foi o que revelou a dissertação de mestrado intitulada “A formação cidadã do jornalista no Brasil: um estudo de caso da formação do jornalista na USP”, que defendi recentemente na Escola de Comunicações e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo (USP).

O estudo de caso da formação de estudantes de jornalismo da ECA mostrou que a cidadania é mais

que um conteúdo a ser ensinado curricularmente: ela é trabalhada principalmente nos referenciais pedagógicos, na didática, enfim, na relação que o docente estabelece com seus alunos. A pesquisa apontou que respeitar o aluno como cidadão é um estímulo fundamental para os estudantes assumirem a responsabilidade por suas vidas, por sua formação e profissão.

Dessa forma, entendemos que o papel desempenhado pelo professor nesse processo é fundamental para que o educando conquiste sua cidadania e saiba também o que é respeitar, do ponto de vista dessa mesma cidadania, o público da informação jornalística para o qual ele deve trabalhar e a quem, de fato, ele deve servir.

5 Considerações finais

Num mundo globalizado, em que as trocas comunicacionais aceleram-se com o apoio das novas tecnologias, a formação que enfatiza a democracia, os direitos humanos, a ética e a responsabilidade social da profissão é pré-requisito para um exercício equilibrado da atividade jornalística. Embora se considere a ocorrência dessa formação, para efeitos metodológicos, no espaço da “escola”, ela não se processa apenas a partir da proposta e do conteúdo curricular.

Numa perspectiva “rogeriana”, a autenticidade da prática docente, pautada no respeito à pessoa e, portanto, na relação que o professor assume com o aluno, tem papel importante. Segundo o psicólogo e historiador norte-americano Carl Rogers, que aplicou muitos de seus conhecimentos em psicologia na educação,

[...] a aprendizagem pode ser facilitada, segundo parece, se o professor for ‘congruente’. Isto implica que o professor seja a pessoa que é e que tenha uma consciência plena das atitudes que assume.

O professor é uma *pessoa* (sic), não a encarnação abstrata de uma exigência curricular ou um canal estéril através do qual o saber passa de geração a geração. (ROGERS, 1973, p. 265).

O autor salienta que, além do compromisso docente, é necessário que se estabeleça uma relação consciente do discente com o professor, com a sua produção, com a própria escola e com o universo

acadêmico, de modo que ele possa investir livremente no “seu” potencial; tais elementos também são formadores. Arouca apresenta bem o espírito rogeriano no que diz respeito a essa questão:

[...] os educandos devem ter liberdade para aprender a estabelecer para si mesmos objetivos que estejam dentro de suas possibilidades de realização, concebidos realisticamente, procurando desenvolver seus próprios conceitos. Há em cada pessoa uma consciência que lhe permite não só doar significado aos seus atos, mas também optar livremente por aqueles atos ditados pela consciência.

A vivência, tornando-se cada vez mais aberta, possibilita a cada pessoa ser cada vez mais o arquiteto de si mesmo, para com liberdade escolher os valores de suas convicções mais íntimas. (AROUCA, 1977, p. 11).

A autora prossegue, valorizando a educação centrada na pessoa:

A valorização do homem, tanto objetiva quanto subjetivamente, compreende o uso correto da liberdade para desenvolver suas potencialidades num mundo significativo, onde o progresso de cada um depende de uma educação que permita usar a liberdade criativamente, construindo e desenvolvendo seu próprio processo de contínuo crescimento. (AROUCA, 1977, p. 12).

É, portanto, no próprio espaço de formação do jornalista, que a cidadania, o sentimento de compromisso com os direitos humanos, a democracia, a ética e a responsabilidade social da profissão podem e devem ser reforçados. Como afirma Paulo Freire,

Não há nada que mais contradiga e comprometa a emergência popular do que uma educação que não jogue o educando às experiências do debate e da análise dos problemas e que não lhe propicie condições de verdadeira participação. (FREIRE, 1999, p. 34).

A partir dessas considerações, arrolamos algumas pistas para uma formação do jornalista cuja ênfase esteja em uma “ação” profissional cidadã. Em primeiro lugar, consideramos que os papéis e a relação docente-discente precisam ser revistos. O melhor caminho para isso é considerar essa relação

no sentido rogeriano. Diante dos novos paradigmas trazidos pelas novas tecnologias e por suas formas de acesso à informação, flexibilizar o saber e abrir-se à sua horizontalização na relação professor-aluno, em vez de pensá-la como algo vertical, parece emergente.

Assim, não apenas o professor, mas também, e principalmente, o aluno devem ser estimulados a uma maior autonomia e respeitados em suas subjetividades. Uma boa formação é aquela que conduz o discente a relacionar-se com seus estudos, com sua escola e com seu mundo, de forma responsável. Nesse sentido, talvez devamos pensar em caminhos que considerem menos provas tradicionais e listas de presença e mais a participação dos alunos em causas relacionadas aos direitos humanos e à cidadania.

É necessário rever também o espaço curricular ocupado pelas técnicas e pelos conteúdos humanísticos na formação do jornalista. Nada, em hipótese alguma, pode ser posto como superior ao ser humano em nenhuma prática educativa. A escola que age dessa maneira, que prioriza as técnicas sobre os homens, não forma, deforma.

Enfim, buscar caminhos para valorizar a cidadania na formação do jornalista brasileiro hoje é trazer à tona os homens e a maneira como eles se educam e vivenciam a "ação" que caracteriza sua condição humana. Num mundo cercado por novas tecnologias globalizantes, em que o contato humano é cada vez mais raro e menos necessário, os princípios de cidadania fortalecem-se, ainda mais, por meio da reafirmação dos direitos, dos deveres e dos compromissos que as pessoas assumem umas com as outras.

About men and techniques: the importance of the citizenship in journalist education in Brazil

The citizenship has an important role in the education of the journalism professional. In this study, we will discuss how that education has been currently contemplated in the courses of journalism in Brazil, detaching the implications of the new technologies and the teaching performance in the process.

Key words: Citizenship. Education.
Journalism.

Notas

- 1 Dermeval Saviani (apud FERRETTI et al., 1994, p. 151) considera que, enquanto a educação se refere ao constante processo de aprendizado inerente à qualidade humana no dia-a-dia de suas relações sociais, seja na família, seja na rua ou no trabalho, a escola refere-se a um tipo específico de apreensão do conhecimento; um conhecimento formalizado, organizado. À escola, portanto, caberia uma educação no seu sentido formal; formador.
- 2 Tradicionalmente, os cursos de jornalismo têm sido estruturados, do ponto de vista curricular, em duas fases. Uma primeira, de conteúdo humanístico e caráter reflexivo, com base em disciplinas ligadas às ciências sociais e humanas, e uma segunda e última etapa, com disciplinas que enfatizam conteúdos técnicos da profissão.
- 3 Neste trabalho, é reputado ao autor o mérito de produzir uma obra pioneira na moderna bibliografia da comunicação, que serve, até hoje, de referência histórica e analítica para discussões do tema.

Referências

- ARENDDT, H. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense, 1987.
- AROUCA, L. S. *Fundamentos fenomenológico-existenciais da comunicação professor-aluno na teoria da educação de Carl R. Rogers*. 1977. Dissertação (Mestrado em Educação)—Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1977.
- CARVALHO, J. M. de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CASTELO BRANCO, V. P. *Curso de jornalismo*. São Paulo: Tipografia Cultura, 1945.
- CHAPARRO, M. C. *A pragmática do jornalismo: buscas práticas para uma teoria da ação jornalística*. São Paulo: Summus, 1994.
- CHAPARRO, M. C. *A difícil tarefa de fazer jornalistas*. Disponível em: <<http://www.comunique-se.com.br>>. Acesso em: out. 2005.
- FERRETTI, C. J. et al. *Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate interdisciplinar*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- FREIRE, P. *Educação como prática da liberdade*. 23. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- LAGE, N. A briga pelo novo currículo. *Revista da Comunicação*, Rio de Janeiro, ano I, n. 2, 1985.
- LIMA SOBRINHO, A. J. B. *O problema da imprensa*. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2003.
- MARCONDES FILHO, C. *Jornalismo fin-de-siècle*. São Paulo: Scritta, 1998.

MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MELO, J. M. de; FADUL, A.; SILVA, C. E. L. da (Org.). *Ideologia e poder no ensino de comunicação*. São Paulo: Cortez & Moraes/Intercom, 1979.

MORAES JÚNIOR, E. *A formação cidadã do jornalista no Brasil: um estudo de caso da formação do jornalista na USP*. 2005. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social)–Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

PALMA FILHO, J. C. Cidadania e educação. In: *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, n. 104, p. 101-121, 1998.

RAMADAN, N. N. A. *Jornalismo na era digital: construindo uma filosofia de ensino*. 2000. Tese (Doutorado em Comunicação Social)–Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

RIZZINI, C. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil: 1500-1822 / com um breve estudo geral sobre a informação*. Rio de Janeiro: Kosmos, 1946.

RIZZINI, C. *O ensino do jornalismo*. Rio de Janeiro: MEC, 1953.

ROGERS, C. R. *Tornar-se pessoa*. Lisboa: Moraes Editores (Martins Fontes), 1973.

VERÍSSIMO, L. F. et al. *O desafio ético*. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

recebido em 23 ago. 2006 / aprovado em 23 out. 2006

Para referenciar este texto:

AUTOR. Sobre homens e técnicas: a importância da cidadania na formação do jornalista no Brasil. *Cenários da Comunicação*, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 31-39, 2007.

